

REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número / (.ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

Depois de ter procedido a um substancial aumento do número de trabalhadores precários na administração pública, contrariando tudo o que tem vindo a prometer sobre a matéria - o que resulta claramente evidenciado na Síntese Estatística do Emprego Público (SIEP) do 3.º Trimestre de 2016 - a esquerda acordou.

Procurando “emendar a mão”, o atual governo decidiu criar um grupo de trabalho para proceder ao levantamento de instrumentos de contratação precária no Estado, concretamente através do despacho n.º 9943/2016, publicado no Diário da República em 5 de agosto último, visando alegadamente a *“implementação de uma estratégia plurianual de combate à precariedade que vise limitar o uso, nos órgãos, serviços e demais entidades da Administração Pública e no Sector Empresarial do Estado, de trabalho considerado precário”*.

Tendo-lhe sido assegurado apoio técnico pela Direção-Geral da Administração e Emprego Público (DGAEP), este grupo de trabalho pôde, no âmbito da sua missão, solicitar a colaboração de quaisquer outros serviços públicos tidos por relevante para o desenvolvimento dos trabalhos. Tendo o dito relatório sido entregue ao governo em finais de outubro do ano passado, situação que foi profusamente divulgada em toda a comunicação social e também pelos partidos da esquerda radical que apoiam o governo no Parlamento, sucede que, até ao momento, o mesmo ainda não foi divulgado.

Acontece, no entanto, que o Jornal Económico acabou de anunciar que o Governo vai reunir-se brevemente com o BE e com o PCP para discutir esta problemática, e, agora já de acordo com o Público, haverá duas soluções que estão a ser avaliadas dentro da maioria parlamentar, uma será integrar os trabalhadores precários através de um concurso extraordinário, a outra, o recurso a um tribunal arbitral.

O tema estará também em discussão entre o Governo e as estruturas sindicais da administração pública, que têm reunião marcada para dia 13 de fevereiro e o PCP agendou inclusivamente no Parlamento um debate com urgência sobre o tema para dia 16.

Estando o assunto na ordem do dia, os deputados subscritores consideram absolutamente inaceitável a existência de anúncios públicos envolvendo o dito relatório sobre a precariedade no Estado - precariedade por acaso até substancialmente aumentada por este governo - sem que o documento seja conhecido.

Face ao exposto, os deputados abaixo-assinados do Partido social Democrata, ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, solicitam ao Governo que, por intermédio do Ministério das Finanças, forneça o(s) seguinte(s) documento(s):

Cópia do relatório sobre a precariedade na administração pública elaborado pelo grupo de trabalho nomeado pelo atual governo através do despacho n.º 9943/2016, publicado no Diário da República em 5 de agosto último.

Palácio de São Bento, quinta-feira, 2 de Fevereiro de 2017

Deputado(a)s

ÁLVARO BATISTA(PSD)

ADÃO SILVA(PSD)

MARIA DAS MERCÊS BORGES(PSD)

BERTA CABRAL(PSD)

JOSÉ SILVANO(PSD)

FÁTIMA RAMOS(PSD)

SARA MADRUGA DA COSTA(PSD)

ANTÓNIO COSTA SILVA(PSD)

ANTÓNIO VENTURA(PSD)

PEDRO ROQUE(PSD)

HELGA CORREIA(PSD)

SUSANA LAMAS(PSD)